



Crise já não serve como desculpa, mas empresa mantém estratégia do choro

No último dia 21, o Sindicato se reuniu com a comissão de negociação da ArcelorMittal Monlevade. Esse primeiro encontro foi apenas para entrega de pauta, com esclarecimento de cláusulas. Reivindicamos 15,3% de reajuste (4,82% para reposição da inflação e 10% de ganho real), além de abono de R\$ 3.000,00. Já para os trabalhadores de turnos, queremos mais outro abono, no valor de R\$ 2.500,00 como compensação pela manutenção da atual escala de revezamento por dois anos. A data-base ficou garantida até 31 de outubro.

Mas a empresa já demonstrou que vai manter a costumeira estratégia: chorar.

Todos sabemos, porém, que a famosa crise não é mais aquela. E a superação do cenário adverso não está apenas na voz da equipe econômica do governo, como a do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que afirmou à BBC Brasil, este mês, que “os últimos dados mostram que a aceleração da economia brasileira é mais forte do que se imaginava”.

O jornal francês “Le Monde” chegou até a afirmar que o presidente Lula acertou ao dizer que a crise era uma “marolinha”, ao contrário de empresários que se aproveitaram da situação para obter favores do poder público e demitir em massa.

Bom destacar que a ArcelorMittal já está retomando o plano de expansão da usina de João Monlevade. No mês de agosto, a produção de laminados aqui na cidade chegou a 95% da capacidade instalada.

Em Monlevade, produção real de laminados, em toneladas, supera, em média, 4,35% da meta planejada, com um custo que é 9,75% do programado. Além disso, dentro do grupo da ArcelorMittal na América Latina, nossa usina representa 30% da Ebtida (indicador de lucro líquido utilizado nas bolsas de valores) no Brasil, estando em 1º lugar entre todas as unidades. O custo dos laminados que produzimos é o menor do país, 3,3% mais baixo do que o de Juiz de Fora e 18,4% menor do que de Piracicaba. Já o tarugo produzido em Monlevade, con-

forme dados de abril deste ano, é o segundo mais barato do mundo.

Tudo isso significa que não pedimos demais.

Pedimos o que merecemos. Só isso.

Em tempo: a próxima reunião está agendada para o dia 29.

Grupo 19 e Multiserv

No início do mês, tentamos agendar reunião com o Grupo 19, para apresentação de pauta de reivindicações. O Sime empurrou o encontro para 7 de outubro. A data-base

está assegurada até 14 de outubro.

Já a Multiserv demonstrou o mais aberto desrespeito com o trabalhador. Nós a procuramos, mas, até agora, a resposta foi silêncio.



Mobilização Brasil afora

A primeira quinzena de setembro foi marcada por paralisações de metalúrgicos no ABC paulista e no sul do país. Dessa luta, alguns frutos já começam a brotar. Em Taubaté (interior de São Paulo), trabalhadores da Ford e da Volkswagen decidiram entrar em greve nesta quarta-feira, 23. No último dia 13, o sindicato da região fechou um acordo com os patrões, prevendo reajuste de 6,53% (2%

de ganho real) e abono de R\$ 1.500. Porém, a categoria não aceitou o acordo depois que os funcionários da GM de São José dos Campos e São Caetano de Sul obtiveram aumento 8,53% (3,7% de ganho real) e abono de R\$ 1.950,00.

O mercado de veículos foi muito beneficiado com a redução de IPI, as empresas venderam muito e os trabalhadores não podem ser deixados de lado.

Plano de Cargos e Salários na Multiserv

O Sindicato se reuniu, no dia 16 de setembro, com diretores da Multiserv, para discutir o andamento do Plano de Cargos e Salários (PCS). A empresa informou que foi elaborado um PCS corporativo (isto é, padronizado para todas as unidades do grupo) nos Estados Unidos, mas sua aplicação no Brasil não foi possível, em razão de diferenças na legislação trabalhista dos dois países. Por isso, haverá readequa-

ções, mas, de imediato, serão feitas revisões salariais em três cargos, que são manobreiro, operador de escavadeira e motorista de estrada. Atualmente, ainda segundo a diretoria da Multiserv, os salários dessas três funções são os mais defasados em relação ao mercado. Esse começo de revisão já é um começo.

Continuaremos acompanhando e cobrando.

Chefona da GR está passando dos limites

Companheiros têm reclamado dos métodos da chefona da GR, empresa responsável pela administração do restaurante da ArcelorMittal Monlevade. Na melhor das hipóteses, força funcionários ou funcionárias a executar serviços, mesmo quando não estão em condições de saúde para o trabalho. Mas o principal corretivo é a demissão, como, conforme denúncias, aconteceu em agosto

e agora em setembro. Informações dão conta de que três funcionárias foram demitidas por terem recusado ordem da mandona, que exigia que as companheiras cozinhassem alimentos impróprios para o consumo. Ainda segundo denúncias, essa mesma chefe autoritaria obrigou uma funcionária a bater uma escovão de aço para limpar uma das alas do restaurante, tipo de serviço sem sentido, que não se pratica há muitos anos.

Fator 85/95 reduz perdas provocadas pelo fator previdenciário

Na edição do Zé Marreta de 1º de setembro, publicamos uma pequena matéria sobre o acordo firmado entre o governo federal e centrais sindicais (entre elas, a CUT) pela implantação do fator 85/95 no cálculo das aposentadorias. Voltamos ao assunto.

Importante esclarecer que o acordo só foi firmado porque a nova regra proposta reduz significativamente o tempo necessário para o trabalhador se aposentar e aumenta o valor das aposentadorias. O fator 85/95 elimina o uso do fator previdenciário quando o resultado da soma do tempo de contribuição e da idade for igual a 95 (no caso dos homens) e 85 (para as mulheres).

A título de exemplo, um trabalhador com salário de R\$ 1.000,00, 58 anos de idade e 37 de contribuição (soma = 95), pelas regras atuais teria 86,39% do benefício, ou seja R\$ 863,90. Já com a nova regra, teria benefício integral.

Vejamos outros exemplos, com homens e mulheres:

HOMEM:

1) Com 35 anos de contribuição e idade de 60 anos

Regra atual: teria 87,85% do benefício

Nova regra: valor integral

2) Com 36 anos de contribuição e idade de 59 anos

Regra atual: teria 87,11% do benefício

Nova regra: valor integral

3) Com 38 anos de contribuição e idade de 57 anos:

Regra atual: teria 85,33%

Nova regra: valor integral

MULHER:

1) Com 30 anos de contribuição e idade de 55 anos

- Regra atual: teria 72,56% - Nova regra: valor integral

2) Com 31 anos de contribuição e idade de 54 anos

- Regra atual: 72% - Nova regra: valor integral

3) Com 32 anos de contribuição e idade de 53 anos

- Regra atual: 71,73% - Nova regra: valor integral

A nova fórmula ainda precisa ser votada no Congresso Nacional. Não é ainda a solução ideal, mas, em muitas situações, livra o trabalhador do fator previdenciário, esse mecanismo nocivo criado no governo FHC.